



Simulado Especial

TJ RN

Analista Judiciário
Judiciária – Direito

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ RN – Cargo: Analista Judiciário – Judiciária – Direito

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ RN (Analista Judiciário – Judiciária – Direito);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RN-Analista-07-05-23>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas*

01. Observe o fragmento retirado de um jornal científico e responda às questões a seguir.

"Cabem aqui, portanto, nossas considerações. De forma alguma nos choca ou ofende a comparação, para fins de argumentação científica, de membros da comunidade universitária com chimpanzés; e não acreditamos que esta tenha sido a intenção do autor dos argumentos. Nas ciências biológicas, admiramos e respeitamos todas as espécies animais. Também não discordamos da abordagem, de base evolutiva, onde, através da observação de uma espécie animal em particular, busca-se explicações para a natureza do ser humano. Chamamos isso de "modelo animal" ou "biologia comparativa". Do que discordamos, é a premissa de que nossos comportamentos estão "programados" de forma robótica, ou que são simplesmente "herdados" de nossos ancestrais. Nenhum ser humano, nem tampouco algum outro animal, se comporta de forma programada ou totalmente determinada por seus genes, que se perpetuam de geração em geração. Todo comportamento, assim como toda característica biológica, é produto de uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos. Tal rede é tanto maior, mais complexa e imprevisível, quanto maior for a complexidade do fenótipo, ou, neste caso, do comportamento. Os comportamentos ditos "sociais" estão, sem dúvida, entre os mais complexos."

<http://www.jornaldaciencia.org.br/chimpanzes-pessoas-e-cobras/>

Quanto à sua tipologia, o texto classifica-se como predominantemente:

- a) expositivo, por informar sobre argumentação nas ciências biológicas.
- b) injuntivo, por dar instruções para evitar falácias científicas.
- c) argumentativo, por trazer uma tese sustentada por argumentos.
- d) narrativo, por relatar uma comparação entre cientistas e chimpanzés.
- e) descritivo, por detalhar as características dos nossos ancestrais.

02. Uma inferência válida que pode ser feita do texto é:

- a) existe refutação a um argumento prévio de que o comportamento humano seria, de forma pura e simples, geneticamente determinado.
- b) os comportamentos humanos e animais são determinados por fatores genéticos hereditariamente determinados.
- c) nenhum ser humano, nem tampouco algum outro animal, pode ser reduzido a uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos.
- d) existe uma rede que é tão complexa e imprevisível quanto a complexidade ambiental de um fenótipo.
- e) é incoerente buscar explicações através da observação de uma espécie animal em particular para examinar a natureza do ser humano.

03. Em relação à estruturação do texto, verifica-se inadequação em:

- a) [...] *Do que discordamos, é a premissa de que nossos comportamentos estão "programados" de forma robótica.* / início de período com preposição.
- b) [...] *Tal rede é tanto maior, mais complexa e imprevisível, quanto maior for a complexidade do fenótipo...* / uso de grau comparativo de superioridade.
- c) [...] *Os comportamentos ditos "sociais" estão, sem dúvida, entre os mais complexos....* / emprego das vírgulas para isolar "sem dúvida".
- d) [...] *De forma alguma nos choca ou ofende a comparação...* / emprego do "ou" ligando sinônimos.
- e) [...] *onde, através da observação de uma espécie animal em particular...* / uso de "onde" sem referente locativo.

04. A redundância é a repetição de ideias, que pode ter natureza estilística, com efeito enfático, ou pode simplesmente configurar vício de linguagem.

Observa-se redundância no seguinte segmento do texto:

- a) *nem tampouco algum outro animal...*
- b) *para fins de argumentação científica...*
- c) *admiramos e respeitamos todas as espécies animais...*
- d) *uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos...*
- e) *são simplesmente “herdados” de nossos ancestrais...*

05. Analise o raciocínio válido abaixo:

Todo comportamento é produto de uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos.

Logo, a violência é produto de uma complexa rede de fatores genéticos e não genéticos.

Pode-se afirmar corretamente que a estrutura acima

- a) exemplifica raciocínio indutivo, pois parte do particular para o geral.
- b) ilustra o raciocínio dedutivo e traz como premissa intermediária “A violência é um comportamento”.
- c) estabelece uma falácia argumentativa, pois a conclusão não deriva necessariamente das premissas.
- d) apresenta conclusão inválida, a qual se fundamenta numa aparente falsa oposição.
- e) subentende que a violência é um comportamento, em um raciocínio falacioso.

06. Considere o fragmento abaixo para responder às questões a seguir.

Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade que, por não disporem de aprofundamento teórico sobre determinado tema, por vezes acabam por equivocar-se, trazendo visões distorcidas que

podem criar, dentro da própria sociedade, mais confusão do que esclarecimento. Não se trata de introduzir aqui preciosismos teóricos, nem tampouco realizar inúteis considerações técnicas e conceituais, por puro exercício intelectual. Ao contrário, entendemos que o tema ora levantado, mesmo que sem o intuito original de fazê-lo, traz à tona diversos debates científicos e filosóficos mais profundos, que atravessaram boa parte do século passado e que, como se observa, não estão de todo resolvidos. Tais debates podem trazer importantes consequências, não apenas ao domínio qualificado do conhecimento por parte do público leigo, mas à forma com que indivíduos e coletividades encaram o ser humano, a natureza e a sociedade. Acreditamos ser nosso papel, enquanto cientistas, participar criticamente destas discussões.

Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado possui classificação diferente da dos demais.

- a) [...] introduzir aqui preciosismos teóricos...
- b) [...] mais confusão do que esclarecimento...
- c) [...] Não é incomum o uso e a divulgação...
- d) [...] não apenas ao domínio qualificado...
- e) [...] debates científicos e filosóficos mais profundos.

07. Verifica-se a existência de um pronome demonstrativo em:

- a) Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade...
- b) por não disporem de aprofundamento teórico sobre determinado tema, por vezes acabam por equivocar-se...
- c) ... realizar inúteis considerações técnicas e conceituais, por puro exercício intelectual.
- d) Não se trata de introduzir aqui preciosismos teóricos...
- e) Tais debates podem trazer importantes consequências, não apenas ao domínio qualificado do conhecimento por parte do público leigo...

08. Observe o segmento do texto:

"Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade que, por não disporem de aprofundamento teórico sobre determinado tema, por vezes acabam por equivocar-se, trazendo visões distorcidas que podem criar, dentro da própria sociedade, mais confusão do que esclarecimento. Ao contrário, entendemos que o tema ora levantado, mesmo que sem o intuito original de fazê-lo, traz à tona diversos debates científicos e filosóficos mais profundos, que atravessaram boa parte do século passado e que, como se observa, não estão de todo resolvidos. "

Assinale a alternativa que traz a classificação correta dos elementos destacados, respectivamente.

- a) pronome relativo, conjunção comparativa e conjunção integrante.
- b) pronome relativo, partícula expletiva e conjunção integrante.
- c) pronome interrogativo, pronome relativo e conjunção integrante.
- d) pronome interrogativo, partícula expletiva e conjunção comparativa.
- e) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção comparativa.

09. Em " Acreditamos ser nosso papel, enquanto cientistas, participar criticamente destas discussões", o uso das formas em primeira pessoa do plural indica

- a) um posicionamento do locutor em nome de um grupo a que declara pertencer.
- b) uma tentativa de aproximação afetiva com o leitor distante da pauta.
- c) uma ironia, uma vez que o locutor já participa das referidas discussões.
- d) um convite para ajudar o leitor no processo retórico que se desenvolve.
- e) uma tentativa de polidez em relação aos não incluídos na questão.

10. Identifica-se um adjetivo de relação em

- a) *visões distorcidas*.
- b) *importantes consequências*.
- c) *inúteis considerações*.
- d) *informações científicas*.
- e) *público leigo*.

11. Ocorre forma de voz passiva em:

- a) *Não é incomum o uso e a divulgação de informações científicas por setores da sociedade...*
- b) *por vezes acabam por equivocar-se*.
- c) *Não se trata de introduzir aqui preciosismos teóricos*.
- d) *... não estão de todo resolvidos*.
- e) *atravessaram boa parte do século passado e que, como se observa...*

12. Quando se muda a posição de um determinante dentro de uma expressão nominal, a classe ou o sentido dos vocábulos podem ser alterados: "*determinado tema*" possui análise morfológica semântica diferente de "*tema determinado*".

Assinale a alternativa em que a mudança de ordem altera a classe e o sentido:

- a) *aprofundamento teórico*;
- b) *preciosismos teóricos*;
- c) *diversos debates*;
- d) *considerações técnicas*;
- e) *nosso papel*.

13. Assinale a alternativa em que a preposição destacada não é exigência de um termo anterior.

- a) *divulgação de informações*;
- b) *Não se trata de introduzir*;
- c) *dispõem de aprofundamento*;
- d) *não estão de todo resolvidos*;
- e) *intuito original de fazê-lo*.

14. Analise a frase a seguir.

“O conceito ‘grande’ tem muitos significados. Por exemplo, se um homem muito alto e forte batesse numa menininha, ele ainda seria um homem grande, mas não seria um grande homem.”

Assinale a opção que apresenta uma característica da linguagem dessa frase.

- a) a polissemia.
- b) a ambiguidade.
- c) a redundância.
- d) o paralelismo.
- e) a expressividade.

15. As frases a seguir mostram algumas orações reduzidas, que foram modificadas para orações desenvolvidas.

Assinale a opção em que isso não foi feito de forma adequada

- a) Não se pode evoluir sem reconhecer os próprios erros. / Não se pode evoluir sem que se reconheça os próprios erros.
- b) Não se pode descobrir novas políticas econômicas sem questionar as antigas. / Não se pode descobrir novas políticas econômicas sem que sejam questionadas as antigas.
- c) Evoluir não consiste em achar novas formas de agir, mas criar formas melhores. / Evoluir não consiste em que se achem novas formas de agir, mas que se criem formas melhores.
- d) Quando percebemos que é importante mudarmos, começa a dor de permanecermos iguais/ Quando percebemos que é importante que mudemos, começa a dor de permanecermos iguais.
- e) Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas. / Há um tempo em que é preciso que se abandonem as roupas usadas.

16. As frases a seguir foram retiradas de um dicionário de citações.

Assinale a frase que apresenta um erro gramatical.

- a) Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança.
- b) Uma mudança deixa sempre patamares para uma nova mudança.
- c) O progresso é impossível sem mudança; e aqueles que não conseguem mudar as suas mentes não conseguem mudar nada.
- d) Ninguém pode ser escravo de sua identidade: quando surge uma possibilidade de mudança é preciso mudar.
- e) O mundo detesta mudanças e, no entanto, é a única coisa que traz progresso.

Considere o texto a seguir.

Define-se por “condução defensiva” conduzir de forma a prevenir, evitar e não provocar acidentes, sejam quais forem as **condições de circulação inerentes à via, ao veículo e meteorológicas**, e quaisquer que sejam os comportamentos dos outros **transeuntes**, condutores e peões.

É a atitude **a** componente principal e imprescindível para se efetuar uma condução segura, confortável e econômica. O segredo reside na “mente”. O condutor deve manter uma atitude responsável na tarefa da condução, estando ciente dos riscos que corre e consciente **de** que é dele próprio que provêm os maiores perigos, da sua concentração, do seu estado físico, do seu caráter e das suas emoções. Imagine carregar a culpa de causar um acidente fatal por um deslize pessoal, um lapso de julgamento.

Qualquer percurso, seja ele longo ou curto, rápido ou demorado, efetuado em boas condições ou perante as mais adversas condições deve ser tido como potencialmente perigoso. Mesmo um percurso que um condutor com o seu veículo habitual realize todos os dias do ano nunca se repete, é sempre diferente, pois os fatores que constituem as condições do percurso são muito variáveis, independentes e muitos deles não controláveis. A velocidade, a aderência, a visibilidade, o estado do condutor, o estado do veículo, o restante tráfego, a hora, as condições atmosféricas, etc.

Por isso, cada vez que se prepara para entrar no carro e antes de dar à chave na ignição, devemos conferir tudo, estabelecer uma estratégia e pensar naquilo que vamos fazer, para que seja possível mitigar incidentes e acidentes.

17. “Por isso, cada vez que se prepara para entrar no carro e antes de dar à chave na ignição, devemos conferir tudo, estabelecer uma estratégia e pensar naquilo que vamos fazer, para que seja possível mitigar incidentes e acidentes.” (último parágrafo).

O texto I é predominantemente dissertativo-argumentativo (no que se refere ao seu modo de organização discursiva) e desempenha majoritariamente as funções referencial e emotiva (no que se refere ao seu propósito comunicativo). Seu último período, no entanto, subverte esse padrão, na medida em que evidencia uma predominância:

- a) do modo narrativo e da função metalinguística;
- b) do modo descritivo e da função fática;
- c) do modo injuntivo e da função conativa;
- d) do modo argumentativo e da função poética;
- e) do modo expositivo e da função fática.

18. Assinale a alternativa em que a palavra foi formada por processo distinto das demais:

- a) velocidade;
- b) aderência;
- c) potencialmente;
- d) atmosféricas;
- e) imprescindível.

19. A palavras “Aderência” pode ser acentuada segundo duas regras gramaticais, assim como ocorre com

- a) imprescindível;
- b) variáveis;
- c) econômica;
- d) atmosféricas;
- e) estratégia.

20. A ambiguidade lexical está relacionada ao uso de um vocábulo, cujo referente encontra-se extratexto, promovendo, assim, a permissão do autor em relação à interpretação a ser dada pelo leitor em relação ao enunciado. Já a ambiguidade estrutural está relacionada ao posicionamento de determinada palavra ou expressão em um enunciado, promovendo dificuldade de compreensão de um texto.

Não apresenta ambiguidade a sentença em:

- a) O Chefe da repartição comunicou a seu assistente que ele seria exonerado.
- b) O Chefe advertiu o funcionário por ser este indisciplinado.
- c) Roubaram a mesa do gabinete em que eu costumava trabalhar.
- d) O capacete é a sua segurança, ponha isso na sua cabeça.
- e) O pai do policial entrou com seu carro na garagem.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Tiago Zanolla*

21. A respeito da divisão judiciária do estado do Rio Grande do Norte, consoante a LC 643/2018, uma mesorregião geográfica corresponde a

- a) Um Município.
- b) Municípios que não são sedes de comarcas.
- c) Agrupamento de Comarcas e Regiões Judiciárias.
- d) Subdivisão geográfica que congrega diversos municípios de uma mesma área com similaridades econômicas e sociais.
- e) Circunscrições territoriais que compõem a jurisdição comum de primeiro grau e são constituídas por uma ou mais unidades judiciárias, presididas por Juízes de Direito ou Juízes de Direito Substitutos.

22. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de mais de

- a) 25.000 mil habitantes
- b) 35.000 mil habitantes
- c) 50.000 mil habitantes
- d) 55.000 mil habitantes
- e) 80.000 mil habitantes

23. A criação de uma comarca envolve diversos fatores. Abaixo, assinale a alternativa que não corresponde a um requisito para criação de comarcas.

- a) população mínima de 12.000 habitantes, comprovado por documento expedido pelo Poder Executivo Municipal.
- b) eleitorado igual ou superior a 8.000 eleitores inscritos.

c) estimativa de distribuição de casos novos igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado no último triênio.

d) condições materiais indispensáveis ao funcionamento dos serviços judiciais, tais como instalações para o foro, cadeia pública e residência para o juiz;

e) distância igual ou superior a 50 quilômetros da comarca mais próxima

24. São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) A Justiça de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

25. O Conselho da Magistratura é composto

- a) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, além de 02 Desembargadores eleitos.
- b) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, além de 05 Desembargadores eleitos.
- c) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, os dois Vice-Presidentes e Corregedor-Geral de Justiça, além de 02 Desembargadores eleitos.
- d) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente, Corregedor-Geral de Justiça e o Vice-Corregedor-Geral, além de 02 Desembargadores eleitos.
- e) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, os três Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral de Justiça e o Vice-Corregedor-Geral, além de 02 Desembargadores eleitos.

26. Conforme consignado na LC 715 de 2022, o conceito que indica os graus verticais que compõem as escalas de vencimentos da carreira para os quais o servidor progride por antiguidade de 01 (um) a 10 (dez) é o

- a) nível
- b) padrão
- c) quadro
- d) habilidade
- e) migração

27. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) recontração

28. Péricles, servidor público do Tribunal de Justiça Estado, ocupante do cargo efetivo e estável na carreira, foi aposentado por invalidez. Alguns anos depois, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria foi determinado seu regresso ao serviço público.

O citado regresso é chamado de

- a) reversão
- b) transferência
- c) promoção
- d) reintegração
- e) readaptação

29. Segundo o Regimento Interno do TJ-RN, não é órgão do Tribunal

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão especial
- c) Conselho da Magistratura
- d) Corregedoria
- e) Ouvidoria

30. O quórum no Tribunal Pleno para deliberações administrativas é de

- a) 11 Desembargadores
- b) 10 Desembargadores
- c) 9 Desembargadores
- d) 8 Desembargadores
- e) 7 Desembargadores

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

31. Suponha que, como resultado dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte convocada ao fim de um período e processo revolucionários, entre em vigor em determinado país uma nova Constituição, que estabeleça que a alteração do texto constitucional se dê por deliberação do mesmo órgão responsável pela elaboração da legislação ordinária, embora mediante procedimento mais complexo e quórum mais elevado do que o previsto para essa. Nessa hipótese, tem-se, respectivamente quanto à origem e alterabilidade, uma Constituição

- a) promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
- b) promulgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e semirrígida, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, estabelecendo um procedimento especial para reforma constitucional.
- c) outorgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
- d) promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.
- e) outorgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.

32. Após grande mobilização, um grupo de vinte e cinco Senadores apresentou proposta de emenda constitucional visando à extinção dos municípios da federação brasileira, o que era justificado pela necessidade de reduzir o elevado nível das despesas públicas.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a proposta

- a) apresenta, como única irregularidade, um vício de iniciativa, não devendo ser objeto de votação no âmbito do Poder Legislativo.
- b) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) não apresenta qualquer vício e deve ser aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em quatro turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) apresenta, como única irregularidade, a afronta a um limite material de reforma constitucional, não devendo ser objeto de deliberação no âmbito do Poder Legislativo.
- e) apresenta vício de iniciativa, não devendo ser objeto de deliberação no âmbito do Poder Legislativo, e ainda afronta um limite material de reforma constitucional.

33. Márcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

34. O Município Alfa, situado em localidade bucólica e muito procurado por pessoas que almejavam se afastar da agitação dos centros urbanos, editou a Lei nº XX. Esse diploma normativo estabeleceu a vedação de que correspondências fossem distribuídas e entregues nos horários que indicou, nos quais, conforme fora apurado em audiências públicas, grande parte dos munícipes preferia não ser incomodada. Em caso de descumprimento da vedação, seria aplicada a penalidade de multa e, na hipótese de reincidência, a de cassação do alvará. Irresignada com o teor da Lei nº XX, uma associação comercial situada no Município Alfa consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade formal com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é

- a) constitucional, pois o Município Alfa pode suplementar as normas editadas pela União e pelo Estado em matéria de proteção ao consumidor.
- b) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre o exercício de atividade econômica.

- c) constitucional, pois trata de matéria tipicamente local, de competência legislativa do Município Alfa.
- d) constitucional, pois é competência comum de todos os entes federativos zelar pela proteção à saúde.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre serviço postal.

35. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente, EXCETO:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- b) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- d) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

36. Maria Helena, Governadora do Rio Grande do Norte, nomeou o irmão do Presidente da Assembleia Legislativa, do mesmo Estado, para exercer cargo em comissão em seu gabinete. Em contrapartida, o Deputado Estadual Leandro Azevedo, que exerce a presidência da casa parlamentar, nomeou a irmã da Governadora para cargo em comissão. A irmã, Maria Cecília, não tem conhecimentos técnicos e profissionais para a função, sendo indicada apenas visando completar a designação recíproca.

No caso fictício em tela, ambos os agentes políticos desrespeitaram a súmula vinculante do STF que veda o nepotismo cruzado como também violaram o princípio administrativo da:

- a) proporcionalidade;
- b) razoabilidade;
- c) impessoalidade;
- d) indisponibilidade;
- e) eficiência.

37. Alberto Tanaka, Prefeito de Natal/RN, por meio de registros e análise de dados, constatou o aumento expressivo de entulhos e detritos nas praias da capital. Dessa forma, consultou a assessoria jurídica sobre a sua vontade de criar um ente da Administração Pública indireta, que fosse responsável pela execução dos trabalhos de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos marítimos. Essa entidade teria personalidade jurídica de direito público, incumbida da efetivação de atividades típicas da Administração Pública. A assessoria respondeu, corretamente, que o ente com essas características é a:

- a) subsidiária de empresa pública, devendo ser criada por decreto;
- b) empresa pública, devendo ser criada a partir de autorização legal;

- c) sociedade de economia mista, devendo ser criada por lei;
- d) fundação pública, devendo ser criada por decreto;
- e) autarquia, devendo ser criada por lei.

38. Florencia é dona da churrascaria argentina *La Cabrera*, localizada no centro de Natal/RN. Antes que iniciasse suas atividades anos atrás, cumprira com todas as exigências legais e obtivera a licença necessária. Florencia sempre fora ativa politicamente e, nas últimas eleições, apoiou de maneira pública um candidato a prefeito que, para sua surpresa, não saiu vitorioso para segundo mandato.

O novo Prefeito, Alexandre Souza, ao assumir o cargo, revogou o ato administrativo que concedeu a licença para a churrascaria de Florencia, sem qualquer fundamentação. O motivo é oriundo de vingança, pois como a churrascaria *La Cabrera* é a mais conhecida do Estado, Alexandre acreditava que perdera votos pelo apoio de Florencia ao seu concorrente na campanha eleitoral.

Ao buscar assistência jurídica, a Defensoria Pública lhe informou que seria cabível o ajuizamento da ação pertinente para retomar suas atividades em razão de ser a licença um ato administrativo

- a) discricionário, adotando-se a teoria dos motivos determinantes, conforme a qual o administrador está vinculado à ocorrência dos motivos que o levaram a praticar o ato;
- b) vinculado, não podendo ser anulado pela Administração Pública, mas somente pelo Poder Judiciário;
- c) discricionário e, durante o período de validade, não é possível revisar a decisão, mas somente quando houver a possibilidade de renovação. Nesse momento, o administrador terá a oportunidade de avaliar a oportunidade e conveniência da renovação.

d) vinculado, que não pode ser revogado pela Administração Pública e tão pouco pelo Poder Judiciário;

e) vinculado, tendo o administrador liberdade para concedê-la, contudo, o ato pode ser invalidado por vício de legalidade pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.

39. Iniciou-se a pedido do interessado Mateus o processo administrativo n.º XYZ, de âmbito federal, sendo ele o titular do direito versado no processo. No decorrer da fase instrutória, a Administração fixou prazo para que Mateus apresentasse documento necessário à apreciação do pedido formulado.

Nos termos da Lei n.º 9.784/1999, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação

a) suspenderá o trâmite processual por trinta dias e, se Mateus não apresentar o documento nesse prazo, o processo será julgado obrigatoriamente com base em seu mérito;

b) acarretará somente no arquivamento do processo;

c) resultará na concessão imediata de um prazo adicional de cento e oitenta dias para que Mateus possa apresentar o documento;

d) ocasionará no imediato andamento do processo, que será avaliado somente com base nas provas que já constam nos autos do processo;

e) o trâmite processual será suspenso por sessenta dias e, se Mateus não apresentar o documento nesse prazo, o processo será obrigatoriamente extinto sem que haja qualquer análise de mérito.

40. Alice é líder da associação de moradores da zona norte da capital Natal/RN e, apesar das sucessivas solicitações formuladas, o Estado deixou de reforçar a segurança na região. Em razão dessa omissão, a residência do Seu Juarez foi arrombada tendo seus patrimônios subtraídos pelo furto.

No caso fictício em tela, é correto afirmar que eventual responsabilidade do Estado será de natureza:

a) subjetiva, sendo imprescindível demonstrar o elemento subjetivo do agir;

b) objetiva, o que significa que é necessário demonstrar a culpa do agente público e o nexo de causalidade para que haja responsabilização;

c) subjetiva, o que requer uma condenação prévia do agente público omissor para que haja responsabilização;

d) objetiva, contanto que seja comprovado que o dano foi causado pela omissão de seus agentes;

e) objetiva, o que implica que apenas a possível culpa da vítima deve ser considerada na análise.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

41. Janaína ajuizou ação em face de Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. pleiteando reparação por danos morais e materiais. Na petição inicial, Janaína informa que seu marido, Wellington, falecido há três anos, foi modelo fotográfico e que o réu vem se utilizando da imagem dele, sem autorização, para fazer publicidade de seus produtos. Em contestação, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. suscita preliminar de ilegitimidade da parte autora, pois alega que a ação deveria ser ajuizada pelo espólio do falecido, e não por sua esposa em nome próprio. No mérito, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. alega a ausência de prova de prejuízo material ou moral decorrente da exposição da imagem do falecido. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) A alegação preliminar e a alegação de mérito devem ser acolhidas pelo magistrado.
- b) A alegação preliminar deve ser acolhida pelo magistrado, mas não a alegação de mérito, pois a reparação civil, no caso, independe da prova do prejuízo.
- c) A alegação preliminar não deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade do morto. Já a alegação de mérito deve ser acolhida pelo magistrado.
- d) Nenhuma das alegações da parte ré deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade do morto, e a reparação civil por publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais independe da prova do prejuízo.
- e) Se, ao invés de esposa, Janaína fosse companheira de Wellington, faltaria a ela legitimidade para promover a ação contra Lima e Silva Comércio Varejista Ltda.

42. Joelson, casado com Alice pelo regime da comunhão parcial de bens, pai de Paulo, Luiz e Mario, deseja vender a Luiz um imóvel adquirido por ele adquirido anteriormente ao casamento. Diante da recusa dos demais filhos em anuir ao negócio, Joelson decide vender o referido imóvel ao seu vizinho, Pedro. Dois meses depois, Pedro vende o mesmo imóvel a Luiz. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) É nula a venda do ascendente ao descendente, salvo se os demais descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido. Por essa razão, Joelson decidiu ultimar a venda por interposta pessoa, no caso, Pedro.
- b) Prescreve em dois anos a pretensão para anular a venda do ascendente ao descendente desprovida do consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante, contado o prazo da conclusão do negócio jurídico. Portanto, se Joelson tivesse vendido o imóvel diretamente a Luiz, passados dois anos, não mais seria possível anular o contrato.
- c) A outorga de Alice é prescridível, por se tratar de imóvel pertencente com exclusividade a Joelson.
- d) O caso narrado ilustra hipótese de simulação, sendo nulo o negócio simulado, e anulável o que se dissimulou.
- e) A ação para pleitear a anulação do negócio simulado sujeita-se ao prazo decadencial de quatro anos.

- 43.** Com relação à teoria geral dos contratos, assinale a alternativa correta.
- a) A *supressio* significa o surgimento de um direito em favor do contratante, diante do exercício contínuo de uma prerrogativa não prevista contratualmente, e da confiança resultante do seu reconhecimento pelo contratante adverso.
 - b) A teoria do adimplemento substancial, pautada pela boa-fé objetiva, defende a impossibilidade de resolução contratual diante do cumprimento de parte considerável da prestação pelo devedor, assegurada, porém, a cobrança judicial da parte inadimplida.
 - c) Nos contratos civis e consumeristas, a vulnerabilidade é presumida, o mesmo não se dizendo dos contratos empresariais, que presumem-se paritários e simétricos.
 - d) A interpretação das cláusulas negociais segue os parâmetros estabelecidos em lei, que são inalteráveis pela vontade das partes.
 - e) Nos contratos de adesão, as cláusulas ambíguas ou contraditórias são havidas como nulas.
- 44.** Davi estava caminhando em um parque quando Artur, o empregado da sociedade empresária contratado para realizar o serviço de jardinagem do local, perdeu o controle do cortador de grama e acabou por decepar parte do pé de Davi. O empregado evadiu-se do local, sem prestar socorro a Davi. Dois anos depois, Davi ingressa com ação objetivando obter reparação civil pelos danos experimentados. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.
- a) Para que se possa responsabilizar a sociedade empresária de jardinagem, é preciso demonstrar sua culpa *in vigilando* ou *in eligendo*.
 - b) A sociedade empresária de jardinagem tem responsabilidade objetiva pelos danos causados, sendo, porém, necessária a prova da culpa do empregado responsável pelo dano.
 - c) A responsabilidade do empregado que causou o dano a Davi tem caráter subsidiário, devendo a
- ação ser proposta primeiramente contra a sociedade empresária de jardinagem.
- d) Davi pode pleitear danos morais e materiais, mas não danos estéticos, que no caso se encontram abrangidos pelos danos morais.
 - e) A ação de Davi é tempestiva, já que a pretensão resultante de responsabilidade civil extracontratual, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, prescreve em dez anos.
- 45.** Silvana, 16 anos, órfã de mãe, é autorizada pelo seu pai a se casar com Pedro, 24 anos, filho de seu tio materno, Jonas. O casamento se consuma pelo regime da comunhão parcial, e poucos meses depois, Silvana e Pedro resolvem se divorciar consensualmente. Do casamento não resultou filiação ou gravidez, porém foi adquirido onerosamente um automóvel durante o enlace. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.
- a) O casamento de Silvana e Pedro é nulo, face ao impedimento matrimonial incidente na relação.
 - b) O casamento de Silvana e Pedro é anulável, pois diante da ausência da mãe de Silvana, seria necessário obter decisão judicial para suprir a necessidade de sua autorização.
 - c) Silvana se emancipa com o casamento, não retornando à condição de incapaz após o divórcio.
 - d) Diante da idade de Silvana, o divórcio deve somente é possível se promovido judicialmente.
 - e) Para que se possa consumir o divórcio, é necessária a partilha do automóvel.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Thállius Moraes*

46. Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta

- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

47. Antônio estava dirigindo seu veículo quando foi abalroado pelos veículos de Edmar e Renato, que estavam apostando corrida na via pública. Diante disso, Antônio ajuizou ação de reparação em face dos dois motoristas. Nessa demanda apenas um Renato ofereceu contestação a Edmar, embora revel, constituiu procurador distinto e de outro escritório de advocacia nos autos.

Tratando-se de autos eletrônicos, e sabendo-se que o juízo julgou procedente o pedido, é correto afirmar que:

- a) será contado em dobro o prazo para que qualquer um dos litisconsortes ofereça o recurso de apelação.
- b) os fatos narrados por Antônio foram presumidamente tidos por verdadeiros, ante a inércia de Edmar em contestar a ação.
- c) o prazo para o réu contestante oferecer o recurso de apelação será de quinze dias.
- d) o prazo para o réu contestante recorrer será contado em dobro, e para o réu revel será contado de forma simples;

e) em face da revelia, os prazos para Edmar fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

48. Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

49. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrevem, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

50. Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
- c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- d) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.
- e) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

51. Pedro passeava com seu filho de 4 anos em um parque quando um cão pitbull feroz, sem coleira e desacompanhado, quando o animal começou o ataque na criança, Pedro pegou um pedaço de madeira no chão, e arremessou na direção do animal, que fugiu. Contudo, a madeira acabou acertando a canela de Joana, que estava caminhando no parque e que no momento do golpe passava atrás do animal, ocasionando nela um ferimento de natureza leve. Diante da situação hipotética, Pedro

- a) agiu abarcado pela legítima defesa, em razão de repelir uma injusta agressão, e deve ser absolvido do crime de lesão corporal ocasionado em Joana.
- b) agiu abarcado pelo estado de necessidade, diante do perigo atual, e deve ser absolvido do crime de lesão corporal ocasionado em Joana.
- c) não agiu abarcado por nenhuma causa excludente de ilicitude, vez que revidou a um ataque animal e ceifou a vida de Joana.
- d) como Pedro errou a execução, o Código Penal, determina que ele seja punido por ter acertado Joana, e não por quem pretendia acertar.
- e) trata-se de erro de proibição, pois Pedro se equivocou sobre a ilicitude do fato, motivo pelo qual, deverá ter sua culpabilidade excluída.

52. José, estudante com 18 anos de idade, namorava Maria, que também era estudante, com 17 anos de idade. Em uma bela noite de domingo, o casal de adolescentes passeava tranquilamente pelas ruas de São Paulo, quando José teve a ideia de subtrair os pertences dos turistas que estavam por ali circulando. Maria concorda com a manobra criminosa e juntos conseguem arrancar do pescoço de uma vítima dois cordões de ouro e já na posse do bem subtraído, mas para garantir a posse do objeto, empregaram violência contra a vítima. Ato contínuo evadiram-se do local dos fatos e se esconderam embaixo de um viaduto. No dia seguinte, que era a data de aniversário de 18 anos de Maria, ambos foram encontrados e conduzidos até a delegacia especializada. Diante disso,

- a) Maria poderá ser responsabilizada pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da atividade.
- b) Maria não poderá ser responsabilizada pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da ubiquidade.
- c) Maria não poderá ser responsabilizada criminalmente, devendo o fato ser apurado perante a Vara da infância e Juventude, de acordo com a teoria da atividade.
- d) Maria não poderá ser responsabilizada criminalmente, devendo o fato ser apurado perante a Vara da infância e Juventude, de acordo com a teoria da ubiquidade.
- e) Maria poderá ser responsabilizada criminalmente, devendo o fato ser apurado perante a Vara da infância e Juventude, de acordo com a teoria da ubiquidade.

53. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

54. Juliana Cristina, pretendo gastar a pensão de sua genitora Raquel Regina, a privou a de sua liberdade mediante cárcere privado mediante internação da vítima na casa de saúde “Fique Bem” na cidade de São Bernardo do Campo-SP, onde a privação da liberdade de Raquel Regina durou por mais de 15 (quinze) dias. Nessa situação hipotética, caso Juliana Cristina seja responsabilizada deverá responder pelo crime de

- a) de sequestro ou cárcere privado com aumento de pena 1/6 até 1/3 em razão da duração da privação da liberdade da vítima.
- b) extorsão mediante sequestro com aumento de pena de 1/3 até 1/2 em razão do parentesco e da quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima

- c) extorsão mediante sequestro qualificado em razão do parentesco e da quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima.
- d) de sequestro ou cárcere privado qualificado pelo parentesco.
- e) extorsão mediante sequestro qualificado em razão do parentesco, mas a quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima não é causa que qualifica o crime.

55. No que tange ao concurso de pessoas e segundo disposições preceituadas no Código Penal, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

56. Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de lesão corporal gravíssima (art. 129, §2º do CP - Pena - reclusão, de dois a oito anos), cujo autor teria sido Arnaldo. No curso das investigações, e após requerimento do MP, o Juízo competente decretou a prisão preventiva do investigado, para assegurar a aplicação da lei penal.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar de sua instauração.
- b) Apesar de ser procedimento inquisitorial, Arnaldo terá direito de constituir defensor para acompanhar o desenvolvimento do inquérito, mas este somente terá acesso aos autos com autorização judicial.
- c) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impedirá a retomada futura das investigações.
- d) Não será cabível o oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal pelo MP.
- e) A autoridade policial poderá determinar a incomunicabilidade de Arnaldo, dado o fato de que tal previsão legal foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

57. José é servidor do TJ-RN e está lotado no Gabinete do Juiz da 01ª Vara Criminal da comarca da Capital. No exercício de sua função, José se depara com um processo no qual seu amigo íntimo, Igor, é réu; Silvio é desembargador do mesmo TJ-RN e foi sorteado como relator de um recurso de apelação interposto em processo criminal no qual Silvio, meses antes, já havia atuado como Juiz de primeira instância.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José é considerado suspeito, e Silvio está impedido de atuar.
- b) José e Silvio estão impedidos de atuar no referido processo.
- c) José e Silvio são suspeitos.
- d) José é considerado impedido, e Silvio é suspeito.
- e) José e Silvio poderão atuar, não havendo suspeição ou impedimento.

58. José foi denunciado pelo MP-RN pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, o acusado teria se passado por vendedor de artigos para o lar para distrair a vítima e, então, conseguir subtrair seus pertences com maior facilidade. O Juízo, ao final da instrução processual, analisando as provas produzidas, entendeu que o fato narrado na denúncia constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa) e não o delito imputado (estelionato).

Nesse caso, é correto afirmar que há:

- a) *Emendatio libelli*, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- b) *Mutatio libelli*, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- c) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.

d) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.

e) *Emendatio libelli*, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, já que este crime possui pena mais severa que aquele imputado na denúncia.

59. Acerca da prisão preventiva, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A citação por edital do acusado não constitui fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva, uma vez que a sua não localização não gera presunção de fuga.

b) Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação *ex officio* da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, com a consequente liberação do custodiado.

c) Inquéritos policiais e processos em andamento são elementos aptos a demonstrar eventual reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva.

d) A revisão de ofício da necessidade de manutenção da prisão cautelar a cada 90 dias cabe tão somente ao órgão emissor da decisão, ou seja, ao juiz ou tribunal que decretou a custódia preventiva.

e) Por não ser cabível a decretação da prisão preventiva *ex officio*, o STJ não admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*.

60. No curso de determinado processo criminal instaurado em desfavor de Nestor pela prática do crime de lesão corporal grave (pena: reclusão, de 01 a 05 anos), a defesa do réu requereu ao Juízo o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva. O requerimento formulado pela defesa, porém, foi indeferido pelo Juízo, que entendeu não ter havido prescrição ainda.

Inconformada, a defesa de Nestor deverá:

- a) impetrar habeas corpus, por não haver recurso cabível.
 - b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
 - c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
 - d) interpor recurso de apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente.
 - e) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
